

SERGIO CAVALIERI FILHO

PROGRAMA DE SOCIOLOGIA JURÍDICA

15^a
edição revista e
atualizada

- A EDITORA ATLAS se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA ATLAS LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Eliseos – 01203-904 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770
faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafadores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Até a 6ª edição, esta obra se intitulava *Você conhece Sociologia Jurídica?* 1ª edição – 1983
- A partir da 15ª edição esta obra passou a ser publicada pela Editora Atlas.
- Capa: Fabricio Vale dos Santos
- Data de fechamento: 12.06.2019

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

C368p
Cavaleri Filho, Sergio, 1939-

Programa de Sociologia Jurídica / Sergio Cavaleri Filho. – 15. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-970-0402-1

1. Sociologia jurídica. I. Título.

19-56519

CDU: 34:316.334.4)

Leandra Felix da Cruz – Bibliotecária – CRB-7/6135

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS.....	XIII
Capítulo I – GÊNESE DO DIREITO	1
1. Escola Jusnaturalista ou do Direito Natural.....	2
1.1. Origem do jusnaturalismo.....	2
2. Escola Teológica.....	3
2.1. Origem da Escola Teológica.....	3
3. Escola Racionalista ou Contratual.....	4
3.1. A Concepção do Direito do ponto de vista racionalista.....	4
4. Escola Histórica do Direito.....	5
5. Escola Marxista.....	6
5.1. Origem e concepção do Direito.....	6
6. Escola Sociológica do Direito.....	7
6.1. Origem e concepção sociológica do Direito.....	8
Capítulo 2 – FUNÇÃO SOCIAL DO DIREITO	11
7. A presença do Direito na sociedade.....	11
7.1. Atividades de cooperação e de concorrência.....	12
7.2. Características da atividade de concorrência.....	13
8. O conflito de interesse e a sua composição.....	13
9. Função preventiva do Direito.....	15
10. Função compositiva do Direito.....	16
11. Critérios de composição de conflitos.....	16
11.1. O critério da composição voluntária.....	17
11.2. O critério autoritário.....	17
11.3. O critério da composição jurídica e suas características.....	18
11.4. A função social do Direito na atual ordem jurídica brasileira.....	19
Capítulo 3 – CONCEITO SOCIOLOGICO DO DIREITO	21
12. Normas de conduta.....	21
13. Características das normas de conduta.....	22

13.1. A obrigatoriedade	22
13.2. A sanção	23
14. Origem das normas de conduta.....	24
14.1. A escola monista	24
14.2. A escola pluralista	25
15. Provisoriedade e mutabilidade das normas de Direito.....	25
16. Conceito sociológico do Direito	27
Capítulo 4 – FATORES DA EVOLUÇÃO DO DIREITO	29
17. Fatores econômicos	29
17.1. Influência do fator econômico sobre o Direito romano	30
17.2. Influência do fator econômico sobre o Direito moderno.....	31
18. Fatores políticos	32
19. Fatores culturais	35
19.1. O que é cultura?	35
20. Fatores religiosos.....	36
20.1. Influência da religião sobre o Direito.....	37
20.2. Outros fatores sociais	37
Capítulo 5 – FONTES DO DIREITO	39
21. Conceitos e espécies	39
22. Fontes materiais ou de produção	40
23. As fontes mais importantes do ponto de vista sociológico	40
24. O costume – conceito e elementos	41
24.1. Origem e expansão do costume.....	41
24.2. O papel do costume.....	42
24.3. Espécies de costume	43
25. A jurisprudência	44
25.1. Papel da jurisprudência em Roma.....	45
25.2. O papel da jurisprudência nas sociedades modernas.....	45
25.3. O papel da jurisprudência nas sociedades legalistas.....	46
25.4. Exemplos de jurisprudência transformada em lei.....	49
25.5. Relação entre a jurisprudência e o costume	50
26. A lei.....	51
26.1. Semelhança e distinção entre a lei e o costume	51
26.2. Sistema preferido – O costume ou a lei?.....	52
Capítulo 6 – A AUTONOMIA DA SOCIOLOGIA JURÍDICA COMO CIÊNCIA E SUAS RELAÇÕES COM OUTRAS CIÊNCIAS SOCIAIS.....	53
27. Autonomia científica da Sociologia Jurídica	53
28. A teoria tridimensional do Direito.....	54
28.1. Diferença entre a Sociologia Jurídica e a Ciência do Direito.....	55
28.2. Distinção entre a Sociologia Jurídica e a Filosofia do Direito	56

29. A eficácia, a vigência e o fundamento.....	58
29.1. A eficácia.....	58
29.2. A vigência.....	58
29.3. O fundamento.....	59
30. O ser e o dever-ser.....	59
31. A história do Direito.....	60
32. Relação da Sociologia Jurídica com os demais ramos do Direito.....	62
Capítulo 7 – IMPORTÂNCIA DO ESTUDO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SOCIOLOGIA JURÍDICA EM ESPECIAL.....	63
33. O desenvolvimento científico.....	63
34. Efeitos do progresso científico no mundo social.....	65
35. A importância das ciências sociais.....	66
36. Importância da Sociologia Jurídica.....	66
Capítulo 8 – OBJETO DA SOCIOLOGIA JURÍDICA.....	69
37. O objeto da Sociologia Jurídica.....	69
38. O entendimento de Émile Durkheim.....	69
39. O pensamento de Georges Gurvitch.....	70
40. O objeto da Sociologia Jurídica na concepção de Edmond Jorion.....	70
41. O objeto da Sociologia Jurídica segundo Recaséns Siches.....	71
42. A posição de Renato Treves.....	73
Capítulo 9 – EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS E SEUS EFEITOS SOCIAIS.....	75
43. A noção de existência e de validade.....	75
44. A noção de eficácia.....	76
45. Efeitos da norma.....	76
46. Eficácia da lei.....	76
47. Efeitos positivos da lei.....	78
47.1. O controle social.....	78
47.2. Efeito educativo da norma.....	79
47.3. Efeito conservador da norma.....	80
47.4. Efeito transformador da norma.....	81
48. Efeitos negativos da norma.....	83
48.1. Efeitos negativos pela ineficácia da lei.....	83
48.2. Efeitos negativos pela omissão da autoridade em aplicar a lei.....	85
48.3. Efeitos negativos pela falta de estrutura adequada à aplicação da lei.....	86
Capítulo 10 – ASPECTOS SOCIOJURÍDICOS DE ALGUMAS ÁREAS DO DIREITO.....	91
49. O sentido sociológico da Constituição.....	92
50. Constituição e democracia.....	93
50.1. Características da Constituição Brasileira de 1988.....	94

51.	Direito de Família	96
51.1.	Divórcio.....	96
51.2.	A situação da companheira e dos filhos ilegítimos	97
51.3.	Soluções legais paliativas antes do divórcio	98
51.4.	A introdução do divórcio na legislação brasileira	99
51.5.	A situação da companheira e dos filhos após a Constituição de 1988.....	100
51.6.	União de pessoas do mesmo sexo.....	101
52.	Direito Penal.....	103
53.	Violência urbana e poder paralelo.....	104
53.1.	As milícias	107
53.2.	Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs.....	108
53.3.	O Alemão era o coração do mal	108
53.4.	As UPPs eram apenas o primeiro passo	109
54.	Criminalidade de colarinho-branco (<i>white collar crime</i>)	111
55.	A macrodelinquência	114
55.1.	O caos dos presídios brasileiros	116
55.2.	Parceria Público-Privada (PPP) na construção e administração de penitenciárias. Luz no fim do túnel	117
55.3.	A Lei Seca – efeitos positivos	119
56.	Considerações gerais	120
57.	Direito Financeiro e Tributário.....	120
58.	Direito do Trabalho	122
58.1.	Interferência das forças sindicais no processo de formação do Direito do Trabalho	122
59.	Leis protetivas dos mais fracos.....	123
59.1.	O Código do Consumidor.....	124
59.2.	A responsabilidade objetiva do fornecedor de produtos ou serviços	125
59.3.	A concepção social do contrato no Código do Consumidor.....	126
59.4.	O Estatuto do Idoso.....	127
59.5.	A Lei Maria da Penha.....	127
59.6.	As leis de cotas raciais. Ações afirmativas	130
59.7.	Ações afirmativas: a evolução do instituto no Direito comparado	133
59.8.	A Lei de Cotas no Estado do Rio de Janeiro	135
Capítulo 11 – INSTRUMENTOS HUMANOS DE REALIZAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA		139
60.	Poder Legislativo.....	140
60.1.	Escolha dos legisladores.....	141
60.2.	O papel desempenhado pela Justiça Eleitoral.....	145
60.3.	A Lei da Ficha Limpa é lição de democracia.....	146
61.	Poder Judiciário	146

62.	Rápida visão da estrutura do Judiciário brasileiro	148
62.1.	Estrutura da Justiça Estadual.....	148
62.2.	Organização da Justiça Federal.....	150
62.3.	Estrutura da Justiça Especial.....	150
62.4.	Função do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.....	151
62.5.	A crise do Judiciário em nosso País	151
63.	Causas da crise do Judiciário brasileiro. Repercussão geral e recursos repetitivos.....	152
63.1.	A ascensão institucional do Judiciário.....	158
Capítulo 12 – SISTEMAS DE ESCOLHA DOS MAGISTRADOS.....		163
64.	Sistema eletivo.....	164
65.	Sistema da nomeação	165
66.	Sistema do concurso público.....	166
67.	O sistema utilizado no Brasil.....	167
68.	Aprimoramento do nosso sistema.....	168
68.1.	Perfil da magistratura brasileira.....	171
68.2.	Limites da atividade criadora do juiz no Estado Democrático de Direito.....	173
Capítulo 13 – RAZÕES SOCIAIS DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS MAGISTRADOS.....		177
69.	A vitaliciedade.....	180
69.1.	O objetivo da vitaliciedade	180
70.	A inamovibilidade	181
71.	A irredutibilidade de vencimentos	181
72.	O Ministério Público, a Defensoria Pública e o Advogado.....	184
73.	O ensino superior	185
Capítulo 14 – A OPINIÃO PÚBLICA		191
74.	Concepção de opinião pública.....	191
74.1.	O poder da mídia na formação da opinião pública	193
75.	Importância da opinião pública.....	194
76.	O sentimento coletivo de justiça.....	195
77.	A opinião pública sobre o Direito e sua utilidade social	196
78.	A opinião pública sobre as instituições jurídicas.....	198
Capítulo 15 – O MÉTODO DA SOCIOLOGIA JURÍDICA		203
79.	Conceito de método	203
80.	O método utilizado pela Sociologia Jurídica.....	204
80.1.	A observação	204
80.2.	A observação nas sociedades contemporâneas de tipo primitivo.....	207
80.3.	A observação nas sociedades desaparecidas	207
81.	A interpretação.....	207
82.	A comparação.....	208

Capítulo 16 – DIREITO, ANOMIA E DESIGUALDADE SOCIAL	211
83. Noção de anomia	211
84. Causas do comportamento anômico.....	212
85. O pensamento de Durkheim sobre a anomia	213
86. O pensamento de Robert Merton sobre a anomia. Metas × meios.....	214
86.1. Tipos de comportamento identificados por Merton.....	215
86.2. Comportamentos de desvio	217
87. Educação é o meio mais eficiente para se alcançar as metas sociais.....	219
88. Educação e produtividade	221
89. Geração perdida.....	222
90. A cultura da escassez.....	223
91. Igualdade na saída	224
BIBLIOGRAFIA	227
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	229